



Crianças e jovens em risco

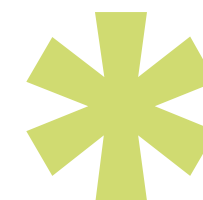
 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Anabela Salgueiro
Maria João Leote de Carvalho

Crianças e jovens em risco

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

**Os projetos de
Formação Parental
e os seus impactos
2007 – 2018**



Anabela Salgueiro
Maria João Leote de Carvalho

Crianças e Jovens em Risco

Prefácio

2008-2011

Em 2007 a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu reforçar a intervenção junto da infância e juventude em risco social através do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (PGDH) e, para esse fim, lançou uma nova iniciativa designada por “Crianças e Jovens em Risco”, prevista inicialmente para desenvolvimento por um período de 5 anos.

Esta decisão fundamentou-se no aumento do número de crianças e jovens em situação de perigo identificados anualmente pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco e pelos Tribunais, tendência a que se associava o reconhecimento público de uma escassez de respostas centradas no apoio às famílias nas comunidades e de um muito elevado número de medidas de acolhimento residencial (i.e., à data medida de acolhimento em instituição). Neste âmbito, foram implementadas duas linhas de intervenção em períodos diferenciados.

Numa primeira fase foi desenvolvido um conjunto de atividades na área da Formação Parental, entre 2008 e 2011, e num segundo ciclo, a temática do Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens esteve em foco, entre 2012 e 2015.

De modo inovador, foi desenhado e implementado um modelo de acompanhamento técnico-científico à execução dos projetos no terreno, a cargo de uma equipa coordenada cientificamente pelo Prof. Doutor Daniel Sampaio, que integrava a Doutora Maria João Leote de Carvalho e o Dr. Hugo Cruz, e da parte da Fundação, a Dra. Anabela Salgueiro.

**Apoio da
Fundação
a intervenções
inovadoras
no terreno
com as famílias
de crianças e
jovens em risco**

Esta publicação pretende dar conta de forma sumária do trabalho desenvolvido nesta área ao longo destes anos e incorpora o resultado do follow-up feito com as organizações e com as equipas dos projetos, passados 10 anos da implementação da linha de Formação Parental.

Fica evidente que o apoio da Fundação a intervenções inovadoras no terreno com as famílias, com as crianças e jovens, com os profissionais e as organizações, com os seus parceiros e outros stakeholders, tanto em contexto comunitário como mais institucional, cientificamente supervisionadas e validadas, tiveram impactos no sistema nacional de promoção e proteção e nas políticas públicas de proteção à infância que se encontram patentes nas diferentes vias de sustentabilidade que a maioria das iniciativas lançadas veio a desenvolver, mantendo o funcionamento à data da realização do *follow-up*.

De entre estas, é relevante a aprovação pelas entidades competentes de vários CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental coordenados pelas organizações envolvidas nos projetos. Acrescem as atividades complementares realizadas ao longo destes anos na Fundação, desde os encontros e workshops com oradores nacionais e internacionais de referência – sempre com elevada adesão por parte de profissionais e interessados nestas temáticas, à elaboração de conteúdos e edições produzidas com a colaboração das equipas e demais intervenientes nos projetos, contributos decisivos para o ecossistema que visa proporcionar às crianças e aos jovens em risco e suas famílias melhores oportunidades para realizar o seu potencial.

Luís Jerónimo

DIRETOR DO PROGRAMA GULBENKIAN DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Novembro 2022



01

Formação Parental

2008-2011

A Formação Parental destina-se a intervir na parentalidade, a qualidade de ser pai, mãe ou educador, com o objetivo de capacitar os pais para o desempenho das funções básicas das famílias.

Daniel Sampaio, 2011

Porquê a Formação Parental?

Na sequência da tomada de consciência, a nível mundial, sobre a nova representação social da condição da infância no final da década de 1980, consubstanciada na aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1989) e da adoção, nos anos seguintes, de outros instrumentos internacionais com preocupações relativamente à proteção à infância e juventude, o Estado português promoveu uma profunda reforma no campo da jurisdição da família, das crianças e dos jovens. Em resultado, um novo quadro jurídico entrou em vigor em janeiro de 2001 e tornou-se premente a necessidade de regulamentação das medidas de promoção e proteção de crianças e jovens, previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). Entre estas, ganhava especial relevância a nova medida sobre Educação Parental (Art.º 41.º), que exigia a definição de orientações sobre formação e treino parental e de reforço de competências parentais. Neste âmbito, foi desenvolvido um estudo para avaliação de programas e projetos de educação parental em curso em Portugal envolvendo várias entidades do ensino superior¹.

¹ Coordenado por Abreu-Lima, I.M. (FPCE-UP), Alarcão, M. (FCPE-UC), Almeida, A.T. (IE-UM), Brandão, T. (FMH-UTL), Cruz, O. (FPCE-UP), Gaspar, M. F., (FPCE-UP) e Santos, M. R. (ESEP-IPP), *Avaliação de Intervenções de Educação Parental*. Relatório 2007-2010.

Foi neste contexto que, por recomendação do Juiz Conselheiro Armando Leandro, à altura Presidente da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco, a Fundação Calouste Gulbenkian chamou a si a criação da iniciativa Crianças e Jovens em Risco e decidiu implementar uma primeira linha de atuação direcionada para o apoio às famílias designada por Formação Parental.

A intervenção junto das famílias com crianças em perigo foi considerada pela Fundação Calouste Gulbenkian a melhor opção para a primeira linha da iniciativa:

- Pela **carência de ações estruturadas de apoio às famílias**, capazes de se constituírem como recurso para o desenvolvimento de competências parentais de cuidadores de crianças em situação de risco ou perigo;
- **Pelo aumento significativo do número de crianças e jovens em perigo em acolhimento residencial** no sistema de promoção e proteção por as famílias não conseguirem assegurar a promoção dos seus direitos e a sua adequada proteção;
- Por a formação parental ser **um dos principais meios para evitar a institucionalização de crianças e jovens** – medida tomada quando as famílias não se revelam capazes de os remover da situação de perigo e promover a sua adequada proteção.

Que entidades foram apoiadas?

A Fundação apoiou **entidades de primeira linha com competência em matéria de infância e juventude** a nível local, na promoção de oportunidades para gerarem recursos que permitissem o **desenvolvimento de ações de formação parental alargadas à comunidade**, em geral, e, em particular, na **execução de medidas de promoção e proteção**, nos termos previstos na Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Do **concurso** realizado a que se candidataram 105 entidades, foram selecionados **oito projetos-piloto de formação parental na área metropolitana de Lisboa**, a desenvolver por organizações não-governamentais que se encontravam no terreno a trabalhar com crianças e jovens em risco ou perigo e as suas famílias, em articulação com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) locais. Os **territórios de intervenção elegíveis** para efeitos de cofinanciamento foram os concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Setúbal, porque as respetivas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens eram as que **apresentavam os volumes processuais mais elevados a nível nacional**.

Cada projeto assentou numa **rede de parcerias** estabelecida entre a entidade promotora e as CPCJ, instituições e serviços locais, destacando-se, entre estes, câmaras municipais, juntas de freguesia, centros e unidades de saúde, agrupamentos de escolas, forças de segurança, IPSS, associações culturais e instituições do ensino superior, assumindo estas últimas um papel fundamental no processo de avaliação externa.

Os projetos desenvolvidos tiveram **diferentes bases teóricas, objetivos, modalidades de intervenção**, conteúdos, população alvo, recursos, lógica de execução das ações e atividades e planos de avaliação, com vista a **testar metodologias diferenciadas que pudessem ser avaliadas e posteriormente replicadas noutros contextos**.

8 projetos-piloto de formação parental em articulação com as CPCJ locais

Área metropolitana de Lisboa

Tabela 01.

Os projetos de formação parental, por entidade

	ENTIDADE	PROJETO	MODALIDADES DE INTERVENÇÃO	APOIO FCG (3 ANOS)
Amadora	Pressley Ridge Portugal	NOVA_MENTE	Formação Parental Preservação Familiar	200.018€
	Instituto das Comunidades Educativas	LAÇO	Roda de Pais 'Skola pã Nós' Acompanhamento Individual Espaços Cruzados Escuta, Olha, Troca Comigo Saídas do Bairro Oficina de Imprensa Clube do Património Um Dia com...	189.553€
Lisboa	Associação ARISCO	RIF Rede de Intervenção na Família	GAP-Gabinete de Apoio aos Pais Intervenção Precoce (0-3 anos) Atelier de Formação Parental (3-10 anos) Laboratórios da Relação entre Pais e Filhos (6-11 anos) Consultadoria e Formação na Rede Comunicação	199.960€
	Centro Dr. João dos Santos — Casa da Praia	Para Pais sobre Filhos	Grupo da Casa da Praia Grupo Jardins de Infância Grupo CPCJ	82.970€
Sintra	Associação Margens	Escola de Pais	Intervenção Individualizada com as Famílias Ações de Formação Parental Alargada Intervenção ao Nível Domiciliário	72.360€
	MDV Movimento de Defesa da Vida	SAFER Serviço de Apoio à Família em Risco	Projeto Família Formação Parental Acompanhamento Psicológico	200.000€
Setúbal	Fundação Portuguesa "A Comunidade contra a Sida"	Espaço da Família	Educação Parental APACCF 2 ACM LATI	70.394€
	Questão de Equilíbrio — Associação de Educação e Inserção de Jovens	NOP Novas Oportunidades Parentais	Aprofundamento do Diagnóstico Organização e Acompanhamento Desenvolvimento-Articulação com Entidades Parceiras Acompanhamento Técnico Disseminação/Divulgação	199.933€
Total				1.215.188€

Fonte: Relatório Intervenções inovadoras na área das crianças e jovens em risco, Fundação Calouste Gulbenkian, 2020, não publicado.

Que apoios foram atribuídos?

Ao longo de três anos, entre 2008 e 2011, a Fundação Calouste Gulbenkian apoiou financeiramente a execução destes oito projetos com um montante global de 1.215.188 €, promoveu a constituição de uma equipa coordenada cientificamente pelo **Prof. Doutor Daniel Sampaio**, que integrou a **Doutora Maria João Leote de Carvalho** e o **Dr. Hugo Cruz**, e a criação de um **modelo inovador de acompanhamento técnico-científico à execução dos projetos no terreno**. O contributo desta equipa de profissionais em estreita articulação com a equipa da Fundação, foi decisivo para os resultados alcançados. Foram criados instrumentos de monitorização, realizadas visitas de capacitação aos locais de implementação dos projetos, realizados workshops com todas as equipas e por iniciativa das próprias equipas dos projetos, nos seus territórios.

Nesta linha de orientação, desde o início, com o modelo de acompanhamento desenhado procurou-se um equilíbrio entre a **valorização do conhecimento – investigação e avaliação** –, a dimensão da responsabilidade social das entidades intervenientes, numa **perspetiva de co construção e partilha efetiva**, e a dimensão da gestão, com um especial enfoque na cultura organizacional.

Quem beneficiou destas intervenções?

A intervenção desenvolvida entre 2008 e 2011 beneficiou direta ou indiretamente 1.120 crianças e jovens, 1.068 pais/cuidadores, maioritariamente do sexo feminino (76%) e um total de 899 famílias.

Do total de 1.120 crianças/jovens, 34,7% (371) beneficiaram de acompanhamento por parte de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e 9,8% (109) usufruiu do seguimento de Equipas de Crianças e Jovens do Instituto da Segurança Social, I.P., com vista à execução de medidas judiciais de promoção e proteção.

Quer num quer no outro caso, trata-se das situações mais graves de risco social em que crianças e jovens se podem encontrar. 66 crianças/jovens encontravam-se em situação de acolhimento residencial, sendo representativas de 6,6% do total da população abrangida.

Modelo inovador de acompanhamento técnico-científico da Fundação

Co-construção com as equipas dos projetos

Investigação

Avaliação

Conhecimento

1.120 Crianças e jovens

1.068 Pais/cuidadores

899 Famílias



Perfil-tipo
Crianças/jovens



Perfil-tipo
Pais/cuidadores

Ambos os sexos	Sexo feminino
4-15 anos	26-35 anos
Fratrías de 2-3 irmãos	1º ou o 3º Ciclos Ensino Básico
Intercalar na fratria	Não ativo (desempregado)
Frequenta 1º ciclo Ensino Básico	Famílias com 3-5 elementos
Diferentes origens étnicas e culturais	Diferentes origens étnicas e culturais
Com medida da CPCJ ou outra de natureza judicial ou social	Com medida da CPCJ ou outra de natureza judicial ou social
	Principais situações associadas: negligência com os filhos, insucesso/ abandono escolar dos filhos e conflitos intrafamiliares

23,5%
Pais/cuidadores com ensino básico

8,0%
Não completou qualquer nível de ensino

6,8%
Analfabetos

Do total de 1.068 pais/cuidadores, com base nos elementos disponíveis junto das equipas, a maioria tinha o 1º ciclo do ensino básico (23,5%), 8,0% não completou qualquer nível de ensino e 6,8% eram analfabetos. Os pais/cuidadores que possuíam um grau de ensino superior correspondem apenas a 9% da população em análise. Os dois projetos do concelho de Lisboa – Arisco (50) e a Casa da Praia (22) – eram os que mais contribuía para esta última categoria, sendo que no primeiro representava 17,8% do total dessa equipa e no segundo correspondeu a 20,1%. No polo oposto, foram as entidades do concelho de Setúbal que trabalharam com pais com as habilitações escolares mais baixas.

Do total de pais/cuidadores, 26,3% (280) encontravam-se sujeitos a acompanhamento por parte das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais e cerca de 8,8% (94) eram seguidos por uma Equipa de Crianças e Jovens, do Instituto de Segurança Social, I.P., no âmbito da execução de medida judicial de promoção e protecção. Cerca de 22% usufruía de apoio do Programa de Rendimento Social de Inserção (RSI). Em Setúbal encontrava-se o maior número de pais/cuidadores abrangidos por medida de RSI, cerca de 55% (129).

Figura 01 A.
Pais/cuidadores por sexo

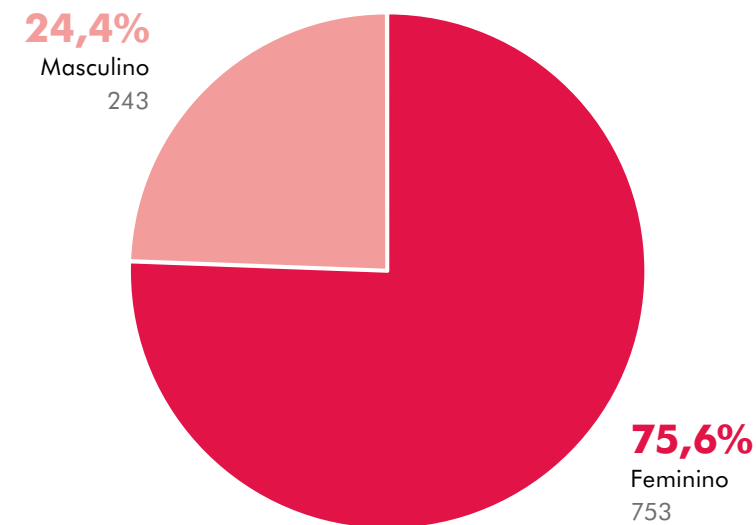
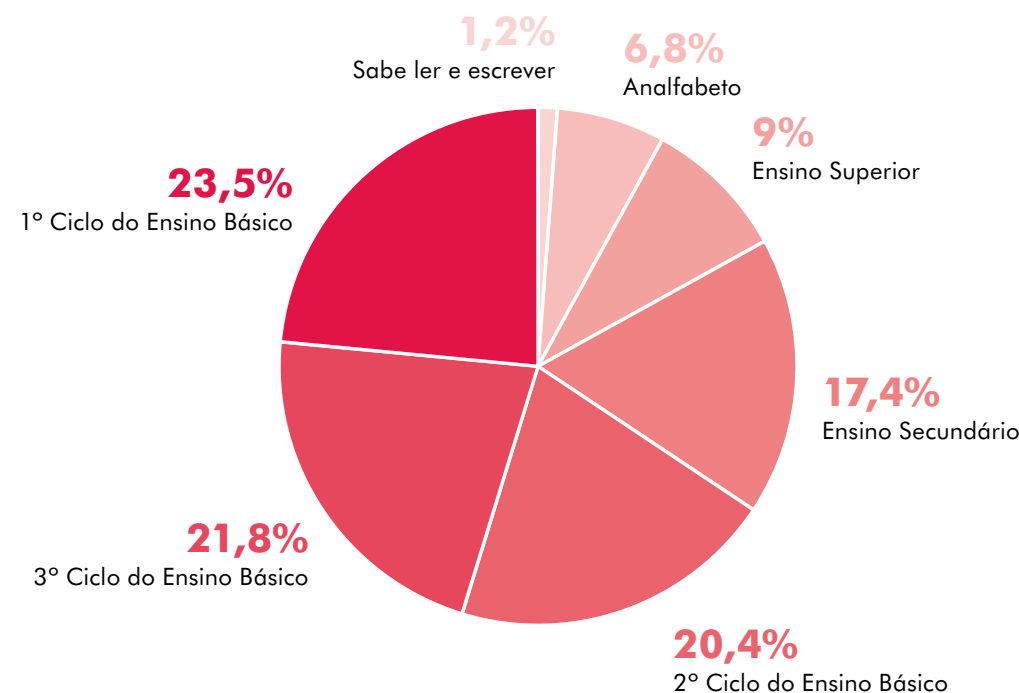


Figura 01 B.
Pais/cuidadores por habilitação escolar



26,3%
Pais/cuidadores
acompanhados
por Comissões
de Protecção
de Crianças
e Jovens

22%
Pais/cuidadores
abrangidos
pelo RSI

Em consonância com o registo de dados feito pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, as principais problemáticas que levaram à sinalização e encaminhamento das famílias para as equipas dos projetos de formação parental, foram a negligência, o insucesso e abandono escolar dos filhos e os maus-tratos/abusos. A negligência para com os filhos, nas suas diversas formas, foi a situação mais expressiva, representando 18,1% da população abrangida, seguida pelo insucesso ou abandono escolar das crianças e jovens (14,7%).

As Parcerias

As parcerias estabelecidas, desde logo com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais, requisito obrigatório do concurso, e com instituições de proximidade, na sua maioria na primeira linha da intervenção em situações de risco (Escolas, Centros de Saúde, Juntas de Freguesia, I.P.S.S.), contribuíram significativamente para os resultados obtidos, pelo papel facilitador na integração das crianças e pela rentabilização dos recursos locais.

14



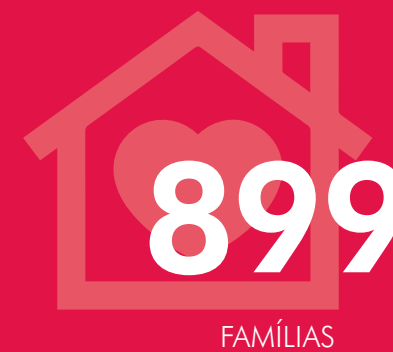
A publicação *Crianças e Jovens em Risco – a Família no Centro da Intervenção* reúne as informações relativas à implementação do programa, às metodologias dos vários projetos, aos resultados, conclusões e recomendações a que chegámos. A participação das equipas técnicas dos projetos nesta publicação final, explicitando recursos, metodologias, resultados e impactos, e reflexão acerca do trabalho realizado, são evidências do nível de maturidade e do profundo envolvimento pessoal e profissional nestas intervenções. Com base nas aprendizagens feitas, dos sucessos e também das dificuldades sentidas, foi produzida uma proposta de princípios orientadores para futuras intervenções no âmbito do apoio às famílias e ao exercício da parentalidade.

eBook disponível em: gulbenkian.pt/publications/criancas-e-jovens-em-risco-a-familia-no-centro-da-intervencao

Em Síntese



15



1.120 Crianças e jovens
1.068 Pais/cuidadores (75% mulheres)
371 Com acompanhamento da CPCJ
109 Com acompanhamento da ECJ

02

Projetos de Formação Parental

FOLLOW-UP | 10 ANOS DEPOIS

Porquê / Para quê?

A necessidade de se proceder ao *follow-up* das iniciativas realizadas no âmbito desta intervenção da Fundação esteve sempre presente, desde a fase de implementação dos projetos no terreno.

Em Portugal não há uma prática regular de utilização deste instrumento de avaliação e ferramenta de gestão nas organizações com intervenção no campo social e comunitário.

A falta de informação específica sobre a sustentabilidade e os impactos reais dos projetos apoiados pela Fundação nos anos seguintes ao termo do financiamento, levou a equipa de acompanhamento técnico-científico a considerar que era fundamental voltar às equipas, técnicos e territórios apoiados, para aferir, analisar e compreender a evolução e os impactos registados.

Não se tratou só de recolher informação que pudesse vir a constituir um valioso contributo para o estabelecimento de prioridades na atuação da Fundação Calouste Gulbenkian em diversos campos. Procurou-se gerar um **maior conhecimento sobre as mudanças e dinâmicas sociais que afetam populações em situação de maior vulnerabilidade em Portugal** (famílias, crianças e jovens) de forma a dar corpo a uma das principais metas da Fundação: **promover efetiva mudança na vida das pessoas e contribuir para a definição de políticas públicas mais eficientes e eficazes.**

A recolha de informação assentou numa metodologia essencialmente de natureza qualitativa que teve duas fontes principais:

- i) as entidades promotoras através dos órgãos de gestão/direção e respetivas equipas;
- ii) os técnicos intervenientes nos projetos, independentemente da relação ou vínculo atual com a entidade promotora. Procurava-se perceber como os próprios, entidades e técnicos envolvidos reviam o processo em que estiveram envolvidos e como este se refletia na sua ação atual, independentemente da continuidade ou não na organização.

Procurou-se, assim, distinguir dois dos planos de ação que presidiram ao objetivo de capacitação por parte da Fundação Calouste Gulbenkian: por um lado, o **plano organizacional**, por outro, o **plano individual** (cada profissional). Tal como já havia acontecido durante a execução dos projetos, por imperativos de ordem ética visando a implementação do disposto nos normativos nacionais e internacionais relativos à proteção de dados pessoais, reserva da vida privada e manutenção da confidencialidade e do anonimato das populações sujeitas a medidas de promoção e proteção durante a infância e juventude ou em situação de perigo, de fora ficou a possibilidade de uma abordagem direta por parte da equipa da Fundação àqueles que foram os destinatários finais, as famílias e as crianças e jovens que constituíram a população abrangida pelas diferentes iniciativas.

No *follow-up* da iniciativa tiveram-se em linha de conta vários níveis de intervenção e de análise dos impactos:

1º NÍVEL

As entidades/organizações promotoras dos projetos

Impacto: de que forma(s) e em que dimensões a situação/intervenção atual da entidade foi orientada pela realização do projeto de formação parental apoiado pela FCG.

2º NÍVEL

Intervenção com as famílias

Impacto: sustentabilidade do modelo de intervenção do projeto e dos seus resultados na evolução da intervenção da entidade promotora na área da parentalidade.

3º NÍVEL

As equipas e os técnicos

Impacto: contributos diretos do projeto na capacitação dos profissionais e colaboradores da entidade promotora.

4º NÍVEL

Os destinatários das ações dos projetos

Impacto: avaliação dos resultados do projeto nas famílias destinatárias da intervenção.

5º NÍVEL

Produtos da intervenção e disseminação pública do projeto

Impacto: disseminação e validação dos resultados do projeto junto de diferentes públicos.



Como?

Em 2019 foram reatados os contactos com as organizações responsáveis pela coordenação dos 8 projetos. Deste conjunto, não foi possível contar com a participação da Associação Margens, entretanto extinta na sequência da concretização dos seus objetivos, nem com a delegação da Fundação Portuguesa A Comunidade Contra a Sida, que interviu em Setúbal. Com as restantes 6 entidades, realizaram-se visitas em junho de 2019.

A adesão foi muito positiva, tanto da parte dos profissionais que tinham estado envolvidos nos projetos como daqueles que, não tendo estado, tinham conhecimento sobre o assunto e tinham incorporado e apreendido o manancial de informação e recursos resultantes do trabalho realizado.

Para a recolha de informação, foram elaborados questionários de avaliação de *follow-up* dirigidos aos órgãos de direção das entidades coordenadoras dos projetos e um guião para entrevistas aos profissionais através das quais se recolheram os testemunhos que integram a análise acerca do impacto desta iniciativa da Fundação.

Os questionários de avaliação, construídos em plataforma informática da Fundação, foram concebidos para 3 públicos-alvo, os atuais dirigentes, enquanto representantes das instituições, os profissionais das equipas técnicas, estejam ou não atualmente integrados na entidade promotora do projeto, e as organizações parceiras envolvidas na execução dos projetos. Foram os próprios profissionais das equipas técnicas que sugeriram o contacto com as entidades parceiras pelo relevante papel que tiveram no desenvolvimento dos projetos.

Os questionários foram preenchidos entre novembro de 2019 e janeiro de 2020.

Estava prevista a realização de um Encontro na Fundação com as pessoas que tiveram um papel ativo na implementação desta intervenção para apresentação e discussão dos resultados deste *follow-up*. Tinha-se por finalidade a identificação e uma melhor compreensão sobre os principais desafios que se colocavam no terreno à intervenção com crianças e as famílias em maior risco social de modo a informar o desenho de novas iniciativas da Fundação. Contudo, o surgimento da pandemia de Covid-19 não o permitiu.

Tabela 02.

Metodologia do *follow-up* e participantes, por concelho de execução do projeto

	LISBOA		AMADORA		SINTRA		SETÚBAL	
Entidade Promotora	Arrisco	Casa da Praia	Pressley Ridge	Instituto das Comunidades Educativas	Movimento de Defesa da Vida	Margens	Questão de Equilíbrio	Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida"
Visitas da Equipa da FCG à Entidade	Bairro de Laveiras, Caxias	(*)	Bairro de Casal da Mira	Bairro da Bela Vista	Lisboa	Associação extinta em 2015	Setúbal	Lisboa
	Oeiras	Lisboa	Amadora	Setúbal	Lisboa		Setúbal	Lisboa
	21 jun 19		24 jun 19	24 jun 19	05 jul 19		18 jul 19	
	Presentes: 3 membros da entidade	Contactos com Coord. do Projeto	Presentes: 4 membros da entidade	Presentes: 3 membros da entidade	Presentes: 3 membros da entidade		Presentes: 3 membros da entidade	
Testemunhos	1 Direção 1 Coord. projeto 1 Técnico	mai-out 19	1 Direção 1 Coord. projeto 1 Técnico 1 Parceiro	1 Direção 1 Coord. projeto	1 Direção 1 Coord. projeto 1 Técnico	Contactos com Coord. do Projeto fev-mar 20	1 Direção 1 Admin.	Contactos com Coord. do Projeto jan-fev 20
Quest. Online (nº respostas)	7 Técnicos 1 Parceria	5 Técnicos 1 Entidade	4 Técnicos 1 Entidade 4 Parcerias	1 Técnico + 2 Contactos informais	1 Técnico		3 Técnicos	
Encontro das Equipas na FCG	O encontro previsto para junho de 2020 foi suspenso devido à pandemia de Covid-19.							

(*) Indisponibilidade da entidade promotora para acolher a visita, à data estava em curso mudança da Direção.

Que intervenções se mantêm?

O principal resultado do *follow-up* revela que a maioria das entidades apoiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian, 8 anos após o termo do financiamento mantinha a intervenção na área do projeto e avançara na concretização do respetivo modelo adotando diferentes ações e programas.

Era publicamente reconhecido que o Movimento de Defesa da Vida (MDV) e a Pressley Ridge (PR) continuavam a intervir intensamente. Ambas as entidades tinham visibilidade regular entre a opinião pública através de reportagens televisivas e notícias na imprensa escrita, além de presença permanente noutros media.

O MDV continuou a implementar o Projeto Família, uma metodologia de trabalho feita diretamente com as famílias no contexto domiciliário, com grande proximidade e intensidade, em estreita e prolongada ligação com os técnicos, e com realização de *follow-up* nas famílias passado um ano do termo da intervenção.

22 **Como trabalhamos com famílias em situação de crise, onde é urgente uma mudança de comportamentos que permita que as crianças permaneçam em casa, o facto de as famílias saberem que vão ter um técnico disponível para as ajudar, ao longo de 6 semanas, é muito organizador para as famílias. Estas 6 semanas são seguidas de um acompanhamento de um ano, em *follow-up*. O foco na resolução do problema e o acompanhamento da família é feito em continuidade².**

Carmelita Dinis, Diretora executiva MDV

O Projeto Família integrou a primeira edição de Títulos de Impacto Social (TIS) cujo investimento foi liderado pela Fundação Calouste Gulbenkian e a contratualização por resultados feita através da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social. Ao longo de três anos, entre 2017 e 2020, a equipa do MDV desenvolveu a sua intervenção no Porto, com 180 crianças e jovens, e atingiu resultados muito acima dos esperados, nomeadamente evitando a institucionalização de mais de 50%. A MAZE (MAZE - decoding impact) que foi a entidade responsável pela monitorização e gestão de desempenho do projeto, e pela articulação com a Portugal Inovação Social, elaborou o relatório final do projeto³.

Desde a implementação do Nova_Mente até agora, a equipa da Pressley Ridge fez um longo caminho e constitui uma entidade de referência no campo da intervenção psicossocial. Desde 2015, tem a funcionar um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) no concelho da Amadora e continua a desenvolver a sua metodologia de intervenção junto das famílias e crianças e jovens, a par da promoção de formação junto de profissionais de outras instituições que trabalham nestas áreas.

A Pressley Ridge entendeu agora ser oportuno documentar a sua metodologia numa publicação apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian e partilhá-la com todos aqueles que têm na sua esfera de ação o trabalho com famílias desafiantes, que precisam de suporte social e emocional para o exercício da função parental⁴.

Tendo por ponto de partida o Projeto Nova_Mente, o *Manual Famílias* da Pressley Ridge é um produto que parte de uma reflexão sobre a experiência tida nos últimos anos e que atesta a importância e atualidade da metodologia adotada, bem como a exigência de ações técnicas cientificamente validadas numa área de crescente complexidade. Esta publicação reforça a relevância do impacto destas intervenções constituindo um testemunho sobre o papel pioneiro da linha “Crianças e Jovens em Risco” da Fundação.

23

² Relatório final do projeto (MAZE) – maze-impact.com/wp-content/uploads/2021/07/PF-Report-20210720.pdf

³ Idem

⁴ A disponibilizar no sítio das publicações da Pressley Ridge – www.pressleyridge.pt/pt/pages/publicacoes

03

Sustentabilidade da Intervenção

2008-2011

- 08** Projetos de *Formação Parental*
- 08** Entidades promotoras apoiadas pela FCG
- 08** Territórios
- 04** Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa

2019-2020

- 06** Entidades promotoras mantêm a intervenção com as famílias sobre a parentalidade tendo por base o projeto original de *Formação Parental*.
 - 04** Entidades reforçaram a atuação na área da parentalidade ao constituírem um ou mais CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.
Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril
Movimento de Defesa da Vida • Pressley Ridge • Questão de Equilíbrio • Casa da Praia
 - 02** Entidades mantêm a intervenção sob a forma de projetos
Com financiamento competitivo e/ou protocolados com instituições (inter)nacionais
Arisco • Instituto das Comunidades Educativas
- 01** Entidade promotora manteve intervenção especializada com as famílias até 2015; desde então, desenvolve ações pontuais na área.
Fundação Portuguesa “A Comunidade contra a Sida”
- 01** Entidade promotora foi extinta em 2015, após inserção profissional dos seus membros.
Associação Margens



Sustentabilidade da intervenção, por entidade promotora

FINAL DE 2019

Movimento de Defesa da Vida

- 3 CAFAP protocolados com os serviços do Instituto de Segurança Social, I.P., em Lisboa, Almada/Seixal e Gondomar;
- Alargou a aplicação do modelo de intervenção a outros concelhos no país (Porto, Vila Nova de Gaia e Évora);
- A metodologia validada para a população portuguesa no Projeto de Formação Parental – “SAFER” (adaptada de *FAMILIES FIRST, Homebuilders*, Michigan, 1974), constitui referência para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional;
- Promove a capacitação de outros profissionais na área da parentalidade e famílias;
- Teve apoio no âmbito da iniciativa Portugal Inovação Social, com a Fundação a assegurar a verba correspondente ao investidor social.

Pressley Ridge

- Constituiu CAFAP protocolado pelo Instituto de Segurança Social, I.P., para o concelho da Amadora (desde 2015);
- Promove a capacitação de outros profissionais na área da parentalidade e da intervenção com crianças, jovens e famílias através da sua *Academia de Formação*.

Questão de Equilíbrio

- Constituiu CAFAP protocolado pelo Instituto de Segurança Social, I.P., para Setúbal (desde 2016);
- Diversificou a oferta de respostas na intervenção com as famílias na comunidade;
- Mantém as 2 respostas de acolhimento residencial para jovens, uma Casa de Acolhimento e um Lar de Autonomia, em Palmela;
- Colabora na capacitação de outros profissionais na área da parentalidade e da intervenção com crianças, jovens e famílias.

Casa da Praia

- Constituiu CAFAP em 2015 protocolado pelo Instituto de Segurança Social, I.P.;
- Mantém a decorrer o *Projeto de Formação Parental* com um especial foco no acompanhamento a famílias com crianças em risco e ao apoio direto especializado às próprias crianças (entre os 5 e os 12 anos);
- E alargou a intervenção com famílias, abrangendo também famílias que não têm as crianças em apoio;
- No final de 2019, a Casa da Praia registava graves dificuldades financeiras e de gestão por não estar a cumprir todas metas acordadas no âmbito do CAFAP. À data do *follow-up*, encontrava-se a aguardar resposta para a reestruturação da intervenção no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto de Segurança Social, I.P.;
- A sua capacidade de resposta foi afetada entre 2018 e 2019 por acentuada degradação de parte das instalações na sequência de temporais, o que impede, por motivos de segurança, o uso de todos os espaços;
- Promove a capacitação de outros profissionais na área da parentalidade e da intervenção com crianças, jovens e famílias em risco.

Instituto das Comunidades Educativas

- Após a demolição do Bairro de Santa Filomena, na Amadora, onde foi executado o *Projeto de Formação Parental*, o ICE passou a desenvolver a intervenção no Bairro da Bela Vista, em Setúbal;
- As ações com as famílias constituem componente central do seu *Programa Educativo de Intervenção Comunitária*, com especial enfoque em populações alvo de exclusão social;
- As comunidades ciganas constituem um dos principais focos da sua intervenção.

Arisco

- Manteve a intervenção junto de diferentes públicos-alvo (crianças, jovens, pais, famílias e comunidades), em diferentes pontos do país, integrando metodologias e instrumentos de natureza lúdico-pedagógica, maioritariamente sob a forma de projetos/programas, com financiamento competitivo e/ou resultante de protocolos com diversas instituições (inter)nacionais;
- Promove a capacitação de outros profissionais sobre intervenção na área das famílias.

Fundação Portuguesa “A Comunidade contra a Sida”

- Entre 2012 e a 2015, deu continuidade ao *Projeto de Formação Parental* com financiamento obtido em concurso, tendo direcionado a intervenção especificamente para famílias com crianças portadoras de doença (HIV);
- Desde então, desenvolve pontualmente ações de formação parental no âmbito do seu público-alvo.

Associação Margens

- Extinguiu-se em 2015 após cumprimento dos seus objetivos em função da inserção profissional dos seus membros.
- Um dos técnicos do *Projeto de Formação Parental* – “Escola de Pais” mantém-se em funções na atual Junta de Freguesia que resulta da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão (indisponível para participar no *Follow-Up* por se encontrar de licença).

Todas as entidades mantêm parceria ou articulação com instituições do ensino superior abrindo a possibilidade de realização de estágios curriculares, dissertações de mestrado ou de doutoramento bem como recorrem a equipas/centros de investigação para diferentes fins (avaliação, supervisão, formação). Em diferentes níveis, mantêm a articulação com entidades internacionais na área.

3.1 Inovação e Políticas Públicas: Impactos dos Projetos de Formação Parental apoiados pela Fundação Calouste Gulbenkian

Ao promover o apoio a 8 projetos piloto de Formação Parental e a divulgação da proposta **16 Princípios de Intervenção em Formação Parental**, resultante da avaliação implementada (Sampaio, Cruz e Carvalho, 2011), a Fundação Calouste Gulbenkian contribuiu para:

a) Apoiar o Estado Português

- Na adesão aos princípios estabelecidos na **Recomendação Rec(2006)19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a Política de Apoio à Parentalidade Positiva**, adotada pelo Comité de Ministros, no dia 13 de dezembro de 2006, na 983.^a assembleia dos Delegados dos Ministros, concretamente para a definição de “medidas legislativas, administrativas, financeiras e outras apropriadas para que seja reconhecida a natureza essencial das famílias e do papel parental e sejam criadas as condições necessárias para a parentalidade positiva no interesse superior da criança. (...) Especial atenção a ter de ser prestada às situações sociais e económicas de maior vulnerabilidade e às crises familiares, que requerem apoio mais específico – parentalidade em situações de exclusão social”;
- No cumprimento da **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**, nomeadamente em resposta às recomendações do Comité dos Direitos da Criança apresentadas nas Observações Finais da 2^a Avaliação a Portugal (CRC/C/65/Add.11), 731st-732nd UNCRC Meetings (ver CRC/C/SR.731-732), e adotadas no 749th UNCRC Meeting (CRC/C/SR.749), em 12 de outubro de 2001 (em concreto Rec. 29 – “The Committee recommends that the State party make every effort, to the maximum extent of available resources, to support families in their child-rearing responsibilities and to ensure the protection of the rights of all children in the context of the family environment.”; Rec. 33 – “The Committee recommends that the State party: ((...) (b) Develop deinstitutionalization policies and continue its efforts to reduce the incidence of institutionalization of children”);



© Charlein Gracia, Unsplash

30

- iii) Na definição de respostas alternativas à institucionalização de crianças e jovens cumprindo o disposto na **Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo** (Lei n.º 149/99, de 1 de setembro, na versão vigente à data), e em concreto no seu artigo 41º – Educação Parental;
- iv) Na **desconstrução da invisibilidade da formação parental nas políticas públicas** ao potenciar o conhecimento sobre a realidade social da intervenção com famílias, necessidades, desafios e constrangimentos, visando passar do disposto no texto dos diplomas legais (“Law-in-Books”) para a sua efetiva aplicação prática (“Law-in-Action”);
- v) Na **capacitação de organizações e profissionais na área, bem como do reforço e criação de novas redes de parcerias** entre serviços do Estado, Terceiro Sector, comunidades e famílias;



É unânime o registo, entre o observado e o recolhido no terreno após o termo dos projetos, que **a opção da Fundação pela área da intervenção com as famílias foi decisiva para o posicionamento do Estado português e das organizações na área da proteção à infância** ao dar visibilidade e promover o (re)conhecimento do trabalho das entidades com competência em matéria de infância e juventude junto das famílias.

Os projetos de Formação Parental são recorrentemente referidos no terreno como a “mola impulsadora que fez a diferença” abrindo caminho à disseminação do conceito de “parentalidade positiva” e à valorização da “educação parental”, que sustentou o lançamento/regulamentação de medidas específicas, até então subalternizadas e/ou ignoradas, por serviços do Estado, organizações e profissionais.

Foi o despertar de várias entidades, tais como CPCJ, EMAT, Tribunal de Família e Menores, Segurança Social, etc., para a importância deste tipo de intervenções, que dão prioridade à preservação familiar.

Susana Bernardo, Coordenadora do Projeto, atualmente na Direção da Pressley Ridge, 2019

31

Naquela altura, o maior desafio era fundamentalmente a falta de apoios a todos os níveis. As famílias estavam perdidas, não tinham resposta efetiva. As famílias precisavam muito de apoio para o qual não havia respostas a não ser a nossa naquele território. Isso é muito importante, foi decisivo. (...) Ao financiar o nosso projeto, a Gulbenkian estava a acreditar no trabalho que nós éramos capazes desenvolver e isso, como é natural, foi muito importante para todo o trabalho que depois se desenvolveu.

Maria da Graça Delgado, Coordenadora do Projeto, atualmente na Direção do Movimento de Defesa da Vida, 2019

A Fundação Calouste Gulbenkian veio dar uma visibilidade junto do Governo, junto das instituições que tomam conta destas questões; é que já não era propriamente a instituição que pede dinheiro à Segurança Social ou que quer apoiar aquela ou outra iniciativa... Isto era um problema que existia e o Programa de Desenvolvimento Humano da Gulbenkian veio realmente dar credibilidade, assumir que ele existia e depois veio o trabalho que se fez, a forma como se fez, as ferramentas que se utilizaram. Tudo isto veio dizer que estas questões são profundas, que tem de se continuar a aprofundar e que há aqui muito trabalho a fazer! E isso acabou por determinar que o próprio Estado passasse a encarar este problema da formação parental com uma outra dimensão. (...) O projeto NOP – Novas Oportunidades Parentais veio-nos dar clareza e conhecimento sobre as práticas e aquilo que podíamos fazer com as famílias até porque a própria Segurança Social, na altura,

também não tinha ideias muito claras em relação àquilo que se devia fazer com as famílias. O aparecimento e a implementação do NOP com o apoio da Gulbenkian foi muito importante porque trouxe propostas concretas para se atuar e para se experimentar e trabalhar em rede; isso foi uma grande inovação. (...) O NOP foi uma importante ajuda e um sustentáculo credível que acabou por dar outra voz à própria Questão de Equilíbrio e às outras instituições que trabalhavam com as famílias com estas características, em risco, junto das instituições oficiais que aí também não tinham muitas respostas para esses problemas. Mas a voz da própria Fundação Calouste Gulbenkian, com toda a documentação e em todas as atividades propostas e feitas, acabou por surtir efeito e acabou por fazer o seu caminho e por impulsionar as outras instituições a seguirem e a regulamentarem a intervenção, a perceberem melhor o que é que podiam fazer e quais eram as práticas mais adequadas. Isso foi um processo muito significativo. (...) Era um problema que a própria Fundação Calouste Gulbenkian, pela sua credibilidade em termos científicos e em termos técnicos, acabou por certificar esta necessidade e as práticas e metodologias que algumas instituições faziam e implementaram ou experimentaram. Foi uma mola muito importante para a mudança em nós e no país.

Fernando Pinho, Direção da Questão de Equilíbrio, 2019

32

- b) Potenciar a incorporação de conhecimento científico, inovador e validado para a população portuguesa em novas medidas de políticas públicas** nas áreas de proteção à infância e juventude e da parentalidade.

Contributos relevantes dos projetos de Formação Parental foram dados para o avanço do conhecimento científico através da validação de programas para a população portuguesa, de (re) construção de modelos teóricos de intervenção, de metodologias e estratégias/práticas.

Entre outras situações, a equipa de acompanhamento técnico-científico do Programa foi convidada, por diferentes entidades, como a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens/Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e Instituto da Segurança Social, I.P., e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre outras, a partilhar os resultados da avaliação final deste Programa contribuindo para:

- A regulamentação da forma de intervenção, organização e funcionamento de uma nova resposta social consubstanciada nos **Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – CAFAP**, considerando a sua importância no apoio especializado à família e às crianças e jovens (Portaria n.º 139/2013, de 2 de abril). O CAFAP foi definido como uma resposta social de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, protocolado entre entidades e Instituto de Segurança Social, I.P., tendo por finalidade a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante a aquisição e o fortalecimento de competências parentais nas diversas dimensões da vida familiar. Compreende níveis diferenciados de intervenção de cariz pedagógico e psicossocial que, de acordo com as características das famílias, integram as modalidades de Preservação familiar, Reunificação familiar e Ponto de encontro familiar;
- Os Encontros Nacionais de apresentação da resposta CAFAP a nível nacional;
- A proposta de regulamentação das medidas previstas no **Artigo 41.º - Educação parental, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo** (Lei n.º 149/99, de 1 de setembro) e na atualização da regulamentação do regime de execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo em meio natural de vida que integram a componente de formação parental;
- *Os Encontros Nacionais* sobre intervenção com famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI);
- O desenho da candidatura do *Projeto de Apoio à Parentalidade Positiva* da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, submetida e aprovada para financiamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (em curso desde 2018).

Conseguimos demonstrar a eficácia deste tipo de metodologia, que é muitas vezes muito difícil porque não é numa ótica de números.

Carmelita Dinis, Técnica do Projeto, atual Diretora-técnica no Movimento de Defesa da Vida, 2019

33

O projeto NOVA_MENTE permitiu consolidar uma série de conhecimentos e de ferramentas que nós trazíamos dos Estados Unidos da América, da casa mãe, e adaptar e validar para a nossa população. (...) Foco na avaliação de resultados, melhoria de procedimentos, foco na supervisão interna com acompanhamento mais personalizado e aposta no desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Susana Bernardo, Coordenadora do Projeto, atualmente na Direção da Pressley Ridge, 2019

Além de que, o RIF foi um projeto que tendo a sua ação de intervenção nas famílias, deixou-nos aqui também com algumas ferramentas para nós darmos continuidade a implementar na intervenção com famílias noutros contextos.

Sofia Couto, Direção da Arisco, 2019

Os resultados quantitativos e qualitativos comprovaram que as estratégias utilizadas foram eficazes na transformação da maior parte das famílias que beneficiaram da intervenção.

Psicopedagoga, Técnica do Projeto, Pressley Ridge, 2020

- c) Um modelo inovador de acompanhamento técnico-científico da execução dos projetos** colocado em prática pela equipa da Fundação, reconhecido como componente significativa para o sucesso do Programa.

O modelo de acompanhamento da Fundação Calouste Gulbenkian, de grande proximidade, tanto com a entidade financiadora como também com os outros projetos, foi único. Foi muito importante na altura. E este permanente acompanhamento da Fundação e de irmos vendo quais é que eram os desafios, quais é que eram até algumas ações que era preciso implementar para algumas coisas que podiam ser mudadas. Hoje em dia, desenvolvemos muito a nossa atividade no CAFAP e através de projetos financiados ao abrigo do Portugal 2020, em que o acompanhamento é mais direcionado para a execução financeira e a obtenção de resultados finais. Acho que é muito importante também para nós, enquanto instituições, promover-se este acompanhamento que leva a uma reflexão; aqui houve até uma reflexão interna sobre as nossas metodologias e sobre os resultados, foi muito importante e diferente.

Carmelita Dinis, Técnica do Projeto, atual Diretora-técnica no Movimento de Defesa da Vida, 2019

Foi decisivo também por parte da equipa da Fundação Calouste Gulbenkian ter havido a sensibilidade para algo que provavelmente não é muito fácil, não é muito... não é muito comum. Quer dizer, se as coisas não estão a correr bem é preciso acreditar e isso também, com certeza, não vem do nada. Houve razões para a Fundação acreditar no projeto quando nós estávamos com dificuldades na sua execução e acreditarem que, ainda assim, podíamos ter sucesso. Mas podiam não ter acreditado, podiam ter dito "Olha, se é assim, não continuam." Podia ter sido intransigente, dizer que "Não é isto que está combinado." Podia ter sido burocrático o apoio, podia ter sido o acompanhamento com uma série de defeitos que a mim, que vivo e trabalho em Portugal, me ocorrem e que acontecem facilmente em todas as minhas outras áreas da vida. Mas não. Portanto, aqui não aconteceu, não aconteceu, e isso é uma das memórias mais interessantes do projeto RIF. Isso é uma das memórias mais interessantes que eu lembro, essa capacidade de mudança que só foi encontrada pela equipa da RIF porque também houve um suporte para que se pudesse fazer isso acontecer porque senão, independentemente da capacidade da equipa se repensar e de fazer de modo diferente, as coisas poderiam não ter corrido bem e nem sequer ter acontecido.

Helder Soares, Coordenador de Projeto e Técnico da Arisco, 2019

Permitiu uma maior proximidade e feedback entre a equipa técnica do projeto e a equipa de acompanhamento da Fundação, permitiu o contacto entre projetos e a partilha de obstáculos e metodologias.

Ana d'Espiney, Coordenadora do Projeto, Instituto das Comunidades Educativas, 2019

As ferramentas desenvolvidas pelo grupo de trabalho do Programa de Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste Gulbenkian vieram alicerçar esse trabalho feito e vieram facilitar a intervenção para o futuro – que é hoje. Esse trabalho desenvolvido acaba por nos proporcionar um conhecimento do que foi e do que poderemos tentar fazer melhor para o futuro.

Mário Teixeira, Administrativo do Projeto, Questão de Equilíbrio, 2019

3.2 Impactos na Comunidade: Criar redes, reforçar parcerias

A criação e disseminação de respostas inovadoras e diversificadas, centradas na promoção de uma parentalidade positiva que ultrapassa o foco inicial das famílias em risco e se estende a qualquer família, é um dos contributos mais relevantes dos projetos para a(s) mudança(s) na(s) comunidade(s) uma vez fortalecidos princípios, estratégias e ações numa perspectiva de intervenção efetivamente comunitária.

A otimização na gestão de recursos locais e a permanência de práticas de partilha e aprendizagem em comunidade são outros dos impactos mais identificados na informação recolhida neste *follow-up*.

A comunidade ficou com uma resposta mais alargada e diferenciada. Passou a ser possível para os parceiros terem uma resposta centrada na família, com uma intervenção direta e intensa, em casa destas, de forma a responder a várias necessidades da família que não eram possíveis serem dadas se não fosse através do projeto NOVA_MENTE.

Susana Bernardo, Coordenadora do Projeto, atualmente na Direção da Pressley Ridge, 2019

O projeto RIF é um projeto de promoção das competências em contexto comunitário (...) a nossa grande força foi ter conseguido desenvolver as nossas ações não só em parceria, mas verdadeiramente com e nas instituições locais, nas creches, era lá que eram feitos os grupos de pais.

Helder Soares, Coordenador do Projeto e Técnico da Arisco, 2019

As entidades parceiras viram a sua ação reforçada pela equipa e pelos recursos do projeto e a comunidade beneficiou com toda a dinâmica do projeto, na medida em que, para além das ações de formação parental que permitiram capacitar as famílias, foram realizadas atividades de promoção das competências territoriais.

Ana d’Espiney, Coordenadora do Projeto, Instituto das Comunidades Educativas, 2019

Aquilo que agora é muito referido, mas já com a Fundação implementávamos, é cuidarmos dos cuidadores. O projeto trouxe-nos isso e é uma prática interna da nossa instituição. (...) É sobretudo conseguirmos criar estes espaços onde possa haver uma reflexão e um diálogo de olhos nos olhos, onde se pode, em cima da mesa, apontar as dificuldades que estão a ser sentidas, haver uma partilha com os restantes parceiros sobre isso mesmo. Como é que as ações estão, quais são os constrangimentos que estão a acontecer, mas também as experiências, as estratégias e as metodologias que estão

a ser utilizadas e que possam também ser uma mais-valia para os restantes. Portanto, em vez de cada um estar a funcionar na sua ‘capelinha’, podemos, de facto e verdadeiramente maximizar a rede e fazer um trabalho em equipa e um trabalho concertado e coordenado.

Raquel Gonçalves, Técnica do Projeto, Movimento de Defesa da Vida, 2019

3.3 Impactos na Entidade Promotora

Para a maioria das entidades promotoras, o projeto de Formação Parental foi decisivo na sua evolução por terem garantido a sua sustentabilidade, fundamentalmente com base no reconhecimento público obtido que conduziu à adesão a novas respostas sociais protocoladas com o Instituto de Segurança Social, I.P.. A mudança na cultura organizacional e nas práticas, nos instrumentos de gestão (incluindo financeira) e de intervenção, bem como a consolidação de uma estratégia de especialização (re)direcionada para a intervenção com famílias, são dos impactos mais significativos identificados cerca de nove anos após o termo do financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

O alargamento a novos públicos e a novos territórios e a promoção de oferta diversificada de formação e capacitação para outros profissionais e entidades no terreno são dois dos eixos orientadores que decorrem da implementação dos projetos.

O projeto Laço foi mais um reforço do trabalho que nós desenvolvemos e mantemos até hoje, reforçou a nossa intervenção e deu-lhe maior visibilidade. O projeto Laço, no fundo, vem reforçar toda esta estratégia que é nossa e que ainda hoje é como nós trabalhamos: é com as pessoas, nas relações, no aproximar, de passo a passo e tentar construir sempre com elas o que é melhor para elas. É muito esta a nossa estratégia.

Manuela Correia, ICE Colaboradora no Projeto, atualmente Coordenadora no Instituto das Comunidades Educativas, 2019

O piloto e a avaliação de resultados e impacto, permitiram-nos mais tarde a celebração de um acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social para o CAFAP. (...) Mantivemo-nos no município da Amadora, o que é muito bom em termos de conhecimento de parceiros, o trabalho em rede manteve-se e fortaleceu-se, acabou por estar ainda mais enriquecido e fortalecido, e a partir daí, apostamos sempre muito na intervenção na comunidade.

Susana Bernardo, Coordenadora do Projeto, atualmente na Direção da Pressley Ridge, 2019

Ter resultados validados num território nacional, com características identificadas e com resultados apresentados foi muito importante nesta própria evolução do MDV. Ao financiar o nosso projeto, a Gulbenkian estava a acreditar no trabalho que nós éramos capazes desenvolver e isso, como é natural, foi muito importante e depois todo o trabalho que se desenvolveu. (...) O facto de a Gulbenkian reconhecer este mérito – e a Fundação Calouste Gulbenkian tem um papel e o nome –, pelo facto de nos ter reconhecido também nos abriu aqui, inevitavelmente, algumas portas no sentido da relação com outras entidades. Se calhar, o termos ido para um território que não era novo, mas que não era totalmente conhecido, com este aval, com esta certificação, e este apoio e o acompanhamento da Fundação Calouste Gulbenkian foi para nós muito importante e trouxe realmente muitas mais-valias, agora estamos em todo território nacional.

Carmelita Dinis, Técnica do Projeto, atual Diretora-técnica no Movimento de Defesa da Vida, 2019

E todo este trabalho realizado com as famílias daqueles territórios, para além desta construção do próprio projeto, através da sua implementação, deu-nos também para pensar um bocadinho como é que nós implementamos os nossos projetos, como é que nós abordamos os territórios e quais as necessidades sentidas e como é que nós implementamos os nossos projetos nos territórios. Levou-nos a pensar sobre o que é que nos pode potenciar o trabalho ou dificultar, e isso depois acaba por ser, de uma maneira ou de outra, transversal a todos os outros projetos que temos e que na maioria são projetos de intervenção comunitária.

Sofia Couto, Direção da Arisco, 2019

3.4 Impactos nos profissionais

Os impactos sentidos pelos técnicos intervenientes nos projetos, situam-se em dois níveis, o plano de desenvolvimento pessoal e o plano profissional. Num primeiro nível, evidenciam uma “muito melhor preparação” em termos de capacidade de análise crítica, de resolução de problemas, de saber lidar com mudanças inesperadas, de ter capacidade de iniciativa, de saber mobilizar competências adquiridas, de trabalhar em equipa e ligar-se a outros contextos.

A apresentação deste ponto neste documento centra-se apenas nos testemunhos recolhidos que destacam algumas das mudanças operadas.

O quanto podemos olhar para aquela pessoa enquanto pessoa e não como uma mãe que, às vezes, nos vem sinalizada, com uma lista enorme de defeitos e de fragilidades e dificuldades. Olhar para ela como uma pessoa que tem as suas forças, as suas potencialidades, as suas fragilidades, simplesmente naquela fase da vida não está a conseguir dar a volta e tem as melhores intenções para com os seus filhos. Este foi, sem dúvida, um dos maiores ensinamentos do Projeto NOVA_MENTE: olhar para o outro com outros olhos de ver, de lhes dar a oportunidade de acreditarem nas suas forças.

Susana Bernardo, Coordenadora do Projeto e atualmente na Direção da Pressley Ridge, 2019

Estes últimos 10 anos, tem sido muito um crescimento pessoal. Acho que me tornei, acho não, sei que me tornei efetivamente uma melhor pessoa e, conseqüentemente, uma melhor profissional porque conquistei uma visão muito mais verdadeira daquilo que são as necessidades desta comunidade.

Ana Vaz, Técnica do Projeto, Pressley Ridge, 2019

O impacto na minha vida profissional sinto todos os dias porque me ajudou a integrar mais esta dimensão da intervenção na parentalidade com o tipo de doentes com que lido todos os dias, muitos deles são pais. Deu-me a possibilidade de aprender mais e isso claramente teve muito a ver com os tempos de construção teórica do projeto, com o estudo, com o que aprendi com os meus colegas, com o que pude depois aprender na prática na intervenção, com as reflexões, com o que eu pude aprender também com os outros projetos que ocorreram ao mesmo tempo da RIF – Rede de Intervenção na Família com o apoio da Gulbenkian. E sinto isso, sinto isso todos os dias! Por isso, esse é um aspeto muito, muito positivo. Eu sinto que ganhei imenso.

Helder Soares, Coordenador de Projeto e Técnico da Arisco, 2019

Pessoalmente, para mim, acho que o projeto RIF foi muito importante, logo a começar pela construção de projeto. Como é que se constrói um projeto? Como é que se encontra entre tantos e tão diferentes técnicos uma raiz teórica comum que nos faça construir um projeto? Acho que essa experiência foi muito importante. E também foi muito importante a experiência de adaptarmos um projeto que nós pensamos muito bem, que pensávamos que teoricamente estava muito certo e do qual estávamos muito convictos, e depois toda a passagem desta ideia muito teórica para um terreno completamente virgem para nós na altura. Todo este processo de adaptação ao território acho que foi uma grande aprendizagem profissional e pessoal para mim.

Carla Sampaio, Técnica do Projeto, Arisco, 2019

O projeto foi realmente um período de grande crescimento até a nível individual. (...) Foi o início para começar a trabalhar efetivamente com pessoas que vinham de uma forma mais involuntária e com tudo o que isto também traz de desafios à nossa intervenção enquanto técnicos. É com muito gosto que olho para aquele período.

Carmelita Dinis, Técnica do Projeto, atual Diretora-técnica no Movimento de Defesa da Vida, 2019

3.5 Impactos nos destinatários da intervenção: as Famílias

À semelhança do registado com os profissionais, a informação sobre os impactos nos destinatários dos projetos passados estes anos, pelos imperativos legais já mencionados nestas páginas, foram recolhidos a partir dos testemunhos obtidos junto de entidades e profissionais.

O objetivo central de preservação familiar foi alcançado para a esmagadora maioria das famílias participantes e esta linha de orientação ter-se-á mantido ao longo dos anos, segundo os indicadores recolhidos durante as visitas às entidades.

De assinalar, desde o termo do apoio da Fundação, a crescente procura e solicitações das entidades oficiais com competência na matéria (Tribunais, Comissões de Proteção e serviços do Instituto de Segurança Social, I.P., Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre outras), bem como de famílias nas respetivas comunidades por sua própria iniciativa, para a realização de intervenções de formação parental e de acompanhamento das famílias. Tendência que se encontra claramente refletida na maioria das entidades promotoras que mantiveram este tipo de atuação, com exceção da Casa da Praia nos dois últimos anos considerados no *follow-up*.

Por outro lado, é referido por alguns dos responsáveis destas entidades, que algumas das novas respostas sociais do Instituto de Segurança Social, I.P., não vão tão longe em termos de modalidades e ações desenvolvidas quando comparam com o que foi desenvolvido no âmbito dos projetos. Deste modo, em função dos resultados validados, procuram complementar a sua ação com outras atividades visando o reforço da autonomia das famílias.

É preciso estar com as famílias, nos seus contextos, nas suas casas, para perceber as suas dificuldades. (...) Mantemos contacto com muitas das famílias com quem trabalhamos no projeto. O impacto mais importante é sentir que quando estão bem gostam de nos contar e quando não estão bem também sabem que podem vir ter connosco e nos pedir ajuda. Eu acho que esse é o impacto mais importante para nós, a criação de uma relação de confiança, essa foi sem dúvida nenhuma alcançada.

Ana Vaz, Técnica do Projeto, Pressley Ridge, 2019

A perspetiva do projeto SAFER é respeitar a família, a sua liberdade, inclusivamente para ser intervencionada, a liberdade das suas escolhas, qual é o caminho que quer seguir, quais são as suas opções, e, portanto, as famílias reagem muito bem a este tipo de intervenção, não esperavam o respeito, era uma abordagem inovadora, era uma abordagem nova... Não havia a ideia da disponibilidade total dos técnicos.

Maria da Graça Delgado, Coordenadora do Projeto, atualmente na Direção do Movimento de Defesa da Vida, 2019



© Scott Webb, Unsplash

3.6 Em síntese

Das palavras do Prof. Doutor Daniel Sampaio no lançamento dos Projetos de Formação Parental do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano em 2007, “é minha convicção que esta linha de intervenção da Fundação contribuirá para a definição de uma nova política para a Família e a Criança e possibilitará novas aquisições para os técnicos da área psicossocial que intervêm no sector”. Nos resultados do balanço aqui apresentado, é possível identificar um conjunto de indicadores que permitem confirmar que os objetivos desta iniciativa foram amplamente alcançados e parte significativa dos projetos e organizações apoiadas constituem referência para a intervenção com famílias, crianças e jovens.

Em 2013 (Portaria N.º 139/2013, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, de 2 de Abril) foi reconhecida a necessidade de intervenção especializada direcionada para as famílias em situação de risco psicossocial, assegurada por equipas multidisciplinares, com vista à valorização de competências parentais, pessoais e sociais, e com vista ao desenvolvimento integral das crianças e jovens no seio familiar, ao ser estabelecida a forma de intervenção, organização e funcionamento dos CAFAP.



A FCG PRECURSORA NA ÁREA DA INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO conhecimento, inovação, capacitação, mudança	CONTRIBUTOS PARA AS ENTIDADES OFICIAIS	
	INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS Contribuir para a definição de políticas públicas mais eficientes e eficazes	DESCONSTRUÇÃO DA INVISIBILIDADE DAS DUAS ÁREAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: <ul style="list-style-type: none"> • Produção de conhecimento científico (bottom-up) • Divulgação das “vozes” do terreno junto do decisor político • Construção de indicadores sobre a infância em risco • (Re)conhecimento público da necessidade de intervenção especializada nas respetivas áreas, consolidação de mecanismos de supervisão e avaliação • Mobilização de novos atores para intervenção no sistema de promoção e proteção
CAPACITAÇÃO NO TERRENO Promover efetiva mudança na vida das pessoas	SUSTENTABILIDADE DA INTERVENÇÃO / CAPACITAÇÃO	
	ENTIDADES PROMOTORAS	<ul style="list-style-type: none"> • 6 entidades reforçaram/diversificaram a atuação na área; 1 diminuiu a atuação na área e 1 foi extinta; • alargamento das respostas sociais protocoladas com o Estado (6 CAFAP; novos acordos (a)típicos; • Valorização: replicação dos projetos noutras entidades/territórios; • Incorporação de instrumentos nas práticas do quotidiano.
	COMUNIDADE(S)	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e diversificação de respostas sociais; • Capacitação das redes locais e nacionais e de profissionais; • Qualificação de novos públicos (ensino superior).
	PROFISSIONAIS	Desenvolvimento pessoal Destacado pelos próprios
DESTINATÁRIOS DAS AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de acesso à prestação de serviços e cuidados básicos; • Maior eficácia na intervenção (sobretudo preservação familiar, transição para a autonomia de jovens acolhidos); • Os destinatários das ações tornados ‘recursos’ da comunidade. 	



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Crianças e Jovens em Risco

Os projetos de Formação Parental e os seus impactos 2007-2018

Coordenação editorial e produção de conteúdos

Anabela Salgueiro

Fundação Calouste Gulbenkian

Maria João Leote de Carvalho

Investigadora, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências

Sociais da Universidade Nova de Lisboa

Produção Gráfica

Clara Vilar

Design Gráfico

Andreia Constantino

Catarina Castro

ISBN 978-989-8380-37-1

Lisboa, novembro de 2022

